

Dossiê / Dossier

Eficiência e produtividade: oportunidades para a sustentabilidade

Efficiency and Productivity: Opportunities for Sustainability

Carlos Rosano Peña

*Editor Convidado
Professor Doutor, Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de
Políticas Públicas e do Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, Universidade
de Brasília, Brasília, Brasil
E-mail: crosano@unb.br*

doi:10.18472/ReGIS.v2n2.2016.22027

Não seria um exagero afirmar que a produtividade e a eficiência são uns dos conceitos mais relevantes para um desenvolvimento socioeconômico realmente sustentável. A contínua melhora da produtividade e eficiência explica o aumento da produção com menos insumos e sustenta o crescimento da renda, bem como libera recursos humanos, materiais e financeiros para a oferta de novos produtos e o crescimento da qualidade e cobertura dos serviços públicos. É difícil imaginar o atendimento das crescentes demandas da população mundial, que deverá ser superior a 9 bilhões até 2050 (25% maior), sem o aumento da produtividade e eficiência.

No entanto, existem sérios problemas de ineficiência e baixa produtividade que comprometem a sustentabilidade do progresso ambiental e social, especialmente no setor estatal. Ao mesmo tempo, a economia, por si só, não conseguiu se erguer como um dispositivo regulamentador de valor. Buscar esse equilíbrio entre eficiência econômica, ambiental e social é um dos maiores desafios apresentados aos gestores, seja em âmbito público ou privado. No âmbito público, isto se deve, em parte, ao caráter monopolista dos serviços públicos, que relaxa o comportamento otimizador e libera as repartições das pressões da concorrência,

da lei da falência, da seleção darwiniana de mercado que expulsa os ineficientes. Portanto, a maior alocação de recursos não garante melhores resultados se antes não se solucionar a ineficiência, sendo que maiores recursos para organizações ineficientes podem traduzir-se em maiores desperdícios.

Outro importante problema da produtividade e da eficiência decorre dos impactos socioambientais da intensificação e expansão da produção. É notório que a partir da Revolução Industrial o desflorestamento, a perda da biodiversidade, a poluição do ar e dos recursos hídricos, a desertificação e erosão do solo e, conseqüentemente, o crescimento da emissão de gases do efeito estufa e do risco da mudança climática global, foram largamente induzidos, comprometendo a capacidade das gerações futuras de suprirem suas próprias necessidades. Fica mais evidente que o planeta não é uma fonte inesgotável de recurso e não se pode ignorar a possibilidade de alcançar pontos de inflexão capazes de degradar o ecossistema de forma irreversível. Assim, urge a necessidade de novas métricas e estratégias que indiquem como maximizar o desempenho econômico e minimizar, ao mesmo tempo, os impactos socioambientais e o uso de recursos naturais não renováveis.

As disfunções dos meios de produção atuais nos levam a refletir sobre quais valores de existência nós seres humanos comungamos atualmente, e a lembrar que a natureza é um recurso escasso, que não está indefinidamente à disposição da vontade humana. Por isso, não basta buscar apenas a eficiência do trabalho e do capital como caminho para a sustentabilidade. É preciso procurar novos marcos valorativos e lembrar que as sociedades que abusaram da natureza entraram em colapso. Num mundo atual baseado na concorrência e no *laissez-faire*, tal vez seja necessário criar um novo paradigma de convivência com a natureza, em um contrato de respeito mútuo e sem domínio. Tal contrato parece uma utopia, mas a questão nos obriga a reconhecer que o real atendimento das necessidades das pessoas (de todas elas, não se de um grupo de privilegiados), vai além dos recursos financeiros: precisa-se de uma mudança epistemológica do conceito da economia, assumindo um tom mais subjetivo, pessoal e humano no modo de encarar a disposição dos bens e serviços no mundo social.

Nesse cenário de novos imperativos que precisam ser considerados na gestão da escassez e degradação do meio natural, urge a necessidade de identificar novas estratégias que indiquem como maximizar o desempenho econômico e minimizar, ao mesmo tempo, os impactos socioambientais e o uso de recursos naturais não renováveis. Esse é objetivo da Revista em Gestão, Inovação e Sustentabilidade – ReGIS, ao oferecer, no seu terceiro número, o dossiê Eficiência e Produtividade: Oportunidades para a Sustentabilidade, organizado pelo Professor da UnB Carlos Rosano Peña. O dossiê inclui 6 artigos científicos, 1 ensaio, e 1 entrevista que nos obrigam a repensar o vínculo entre eficiência, produtividade e sustentabilidade a partir de casos concretos.

Assim, uma das primeiras questões que surgem quando se fala de produtividade como chave para atingir a sustentabilidade é a da responsabilidade socioambiental



das empresas. Os autores do artigo científico Eficiência Produtiva e Responsabilidade Ambiental da Empresa: A Precious Woods Amazon e as Comunidades em suas Áreas de Manejo Florestal, Jorge Madeira Nogueira e Débora Ramos Santiago procuram verificar se a responsabilidade socioambiental empresarial corresponde a um mero discurso ou se ela realmente representa um caminho promissor rumo a manutenção da sustentabilidade na Amazônia brasileira. Por meio de um levantamento socioeconômico primário e de fontes secundárias da empresa Precious Woods Amazon (PWA, 2012) e do Forest Stewardship Council (FSC), Nogueira e Santiago descrevem um cenário de precárias condições de habitação, saneamento, educação, emprego, renda e situação fundiária nas comunidades estudadas. Por outro lado, a agricultura familiar, a pesca e o extrativismo se revelam como potenciais fontes de renda e subsistência nessas áreas, carentes porém de investimentos e apoio técnico. Os autores demonstram como as estratégias de responsabilidade socioambiental da empresa PWA com as comunidades locais tem constituído um caminho promissor, porém imperfeito, para a manutenção da sustentabilidade da Amazônia.

O caso da empresa PWA na Amazônia também abre interrogantes sobre a relação entre investimento estrangeiro direto (IED) e meio ambiente. Tal como o lembram os autores Jorge Madeira Nogueira e Marcia Cristina Silva Paixão, no seu estudo intitulado Investimento Estrangeiro Direto (IED) e Meio Ambiente: Oportunidades para a Sustentabilidade, o debate mais recente sobre o tema se estabelece em torno de dois pontos: o papel do IED como instrumento de modernização e crescimento estável no longo prazo e seus possíveis efeitos ambientais devido a frequente relação com atividades causadoras de impactos negativos. A partir de uma revisão bibliográfica sistemática de trabalhos científicos publicados sobre o tema ao longo dos anos 2000, Nogueira e Paixão revelam um claro movimento de pesquisa voltado para a natureza context-dependent dos efeitos ambientais do IED.

Também na região Norte do Brasil, o artigo científico intitulado A Qualidade do Transporte Público Urbano em Cidades Médias: Estudo de Caso em Palmas – Tocantins, de Gleys Ially Ramos dos Santos e Carlla Brito Furlan, avalia o sistema de transporte público na cidade de Palmas, capital do Estado do Tocantins (Brasil). Assim como no artigo de São Pedro Filho et al., o trabalho se baseia na análise das percepções dos atores envolvidos (neste caso, dos usuários do transporte público) para analisar a qualidade do transporte coletivo urbano e para identificar o impacto direto e indireto que os pontos críticos do sistema têm na eficiência econômica da cidade, identificada como “cidade média”.

Em seu artigo Adequação às Exigências Ambientais da Diretiva Rohs - *Restriction of Hazardous Substances*: Um Desafio à Indústria Eletroeletrônica no Brasil, os autores Mauro Silva Ruiz, Pedro Luiz Côrtes, Alexandre Aguiar, Cristiano Capellani Quaresma avaliam a diretiva RoHS (*Restriction of Hazardous Substances*), da União Europeia que implicou mudanças e adequações em toda a cadeia produtiva do setor de eletroeletrônicos na Europa e para eventuais exportadores. O estudo

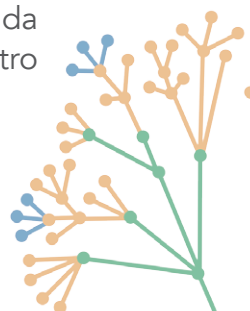


analisou as principais estratégias empresariais que estão sendo consideradas no Brasil para o enfrentamento dos desafios apresentados pela RoHS às empresas instaladas no território nacional. O percurso metodológico da pesquisa incluiu revisão teórica, análise documental e entrevistas junto a representantes de empresas de eletroeletrônicos e organismos certificadores que avaliam conformidade de produtos e processos com a RoHS.

Qual é o papel da agroindústria no delicado equilíbrio entre as crescentes demandas do ser humano e os limitados recursos naturais? Essa é precisamente a pergunta formulada no estudo comparativo intitulado Políticas Públicas de Apoio a Agricultura e aos Circuitos Curtos de Comercialização na Região Midi-Pyrénées (França) e o Projeto de Microbacias II, no Estado de São Paulo (Brasil). O artigo apresentou os resultados obtidos a partir de estágio de pesquisa realizado no Sul da França e no Brasil, com base no Projeto de Microbacias II, nos municípios de Pratânia e Pardinho, localizados no Estado de São Paulo. A partir da experiência francesa, a autora Vania Cristina dos Santos Pedro, indicou algumas proposições de novos canais de comercialização como os circuitos curtos de proximidade, por considerar essas formas de troca mais adequadas agricultura familiar. Foi tomada como referência empírica a área rural do Departamento *Haute-Garonne* na região dos Médios-Pirineus.

O Programa Nacional de Imunizações (PNI) do Ministério da Saúde foi o foco do artigo intitulado: Eficiência técnica da vacinação contra Hepatite B por Análise Envoltória de Dados. Na pesquisa, os autores André Luiz Marques Serrano, Vithor Rosa Franco, Raissa Damasceno Cunha, Luiz Medeiros de Araujo Neto e Marcelo Driemeyer Wilbert, com base em dados do domínio do PNI na *internet* relativos às notificações de agravos, analisaram a eficiência do PNI considerando dados relativos a variação das notificações das doenças em função da cobertura vacinal e doses aplicadas além do comportamento destes dados entre as diferentes Unidades Federativas (UF). Foram mensuradas a eficiência das 27 UFs, utilizando a metodologia Análise Envoltória de Dados (DEA) com orientação a insumos (inputs), e a variação da eficiência pelo índice de Malmquist.

Uma reflexão final se impõe. Como será possível motivar o maior número possível de trabalhadores a contribuir, através de ideias construtivas e criativas, para o aperfeiçoamento contínuo de processos e atividades empresariais? Quais são os fatores internos e externos que influenciam de forma positiva a eficiência da gestão de ideias? Para responder à questão da pesquisa, o Professor Norbert Thom realizou um grande número de estudos específicos por meio de teses, dissertações e trabalhos acadêmicos ao longo de quatro décadas. Em 2009, a síntese dos resultados mais importantes e a história de desenvolvimento do conceito de gestão *Betriebliches Vorschlagswesen (BVW)*, sistema empresarial de sugestões e seu desenvolvimento à atual gestão de ideias, *Ideenmanagement (IM)*, foi relatada em um livro. No seu Ensaio intitulado *Dados e Perspectivas na Gestão de Ideias: Fatores Internos e Externos que Influenciam de Forma Positiva a Eficiência da Gestão de Ideias*, o professor Thom resume os conhecimentos reunidos em quatro



décadas de pesquisa sob a forma de fatos e reflexões que o levaram à seguinte conclusão: a alteração contínua do mercado, sujeito sempre a novos desafios, exige uma reinvenção constante da gestão de ideias.

Na Entrevista que fecha o dossiê, Emília de Oliveira Faria conversou com o Professor Doutor Alexandre Maduro-Abreu, professor do Departamento de Administração, da Universidade de Brasília – UnB, e diretor do Centro de Pesquisa em Gestão, Inovação e Sustentabilidade - CPGIS, também da UnB sobre o tema da Gestão por Eficiência: perspectiva para as organizações públicas e privadas. O Professor Maduro-Abreu, que é também Editor Responsável da Revista em Gestão, Inovação e Sustentabilidade – ReGIS, tem priorizado pesquisas em desenvolvimento rural e eficiência na gestão corporativa e pública. Coordenador do grupo de pesquisa intitulado “Gestão por Eficiência”, certificado no diretório de grupos de pesquisa do CNPq, Maduro-Abreu ressalta que, principalmente em função da crise político-econômica sofrida pelo Brasil, o conceito de eficiência passou a ter maior protagonismo: “Há um clamor social para que o Estado seja mais eficiente quanto à utilização dos recursos públicos”, salienta”. Ainda segundo o entrevistado, o momento atual “é (...) propício para divulgarmos a importância de se pensar as organizações a partir da sua eficiência na utilização de recursos. Se pensarmos a eficiência em um contexto de sustentabilidade, outro conceito importantíssimo (...) estamos falando minimamente da eficiência na utilização de recursos econômicos, sociais e ambientais, ou seja, estamos falando de ecoeficiência, socioeficiência ou socioecoeficiência”.

Desejamos uma boa leitura e um Feliz Ano 2017!

O Editor

